



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de janeiro de 2023 foram visados expressamente 125 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 353 milhões de euros.

No mesmo período houve duas recusas de visto., num valor superior a dois milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS JANEIRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	64	32,00	210 784 240,77	59,22
Visto com Recomendações	48	24,00	127 802 831,83	35,91
Declaração de Conformidade Homologada	13	6,50	14 484 237,66	4,07
Recusa de Visto	2	1,00	2 377 703,15	0,67
Outras extinções da instância (*)	73	36,50	468 831,46	0,13
TOTAL DE DECISÕES	200	100	355 917 844,87	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2023

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	64	32,00	210 784 240,77	59,22
Visto com Recomendações	48	24,00	127 802 831,83	35,91
Declaração de Conformidade Homologada	13	6,50	14 484 237,66	4,07
Recusa de Visto	2	1,00	2 377 703,15	0,67
Outras extinções da instância (*)	73	36,50	468 831,46	0,13
TOTAL DE DECISÕES	200	100	355 917 844,87	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão